

Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)**

É corrente, desde pelo menos o século XVIII, atribuir à agricultura portuguesa inúmeros vícios e vastas responsabilidades no atraso económico do país. A uma estrutura fundiária desequilibrada, o sector associaria a clamorosa incapacidade dos seus agentes para valorizarem a actividade a que se dedicavam, incapacidade essa essencialmente derivada de uma notória impreparação técnica e cultural. Teriam estas razões sido suficientes para, ao longo da história, se ir perpetuando o carácter arcaico da nossa agricultura, facto que, *inter alii*, estabeleceria óbvios nexos causais com o baixo nível de desenvolvimento nacional.

Foram longos os debates em torno destes problemas durante o Estado Novo e muitas as soluções então apresentadas. A mais importante destas últimas era a que, a par da correcção dos ancestrais vícios fundiários, pretendia atenuar os rigores climáticos do país através, simultaneamente, do parcelamento dos latifúndios, do emparcelamento dos minifúndios e da irrigação das terras secas. Enfrentaram tais tentativas sempre a natural oposição de um importante grupo de pressão, constituído pelos grandes agricultores do Sul do país, os quais ao longo de todo este período se foram opondo com êxito à sua concretização. O desenvolvimento económico nacional no pós-guerra foi mudando os termos do debate. Em consequência deste desenvolvimento, a agricultura portuguesa sofreu uma notável transformação: a sua importância económica e social relativa dentro do conjunto nacional decresceu drasticamente, dando origem a uma modernização do sector que, apesar de truncada, não deixou de ser real. De resto, e ao contrário do que diziam os defensores da dita reforma agrária, o país não esperou por ela para se desenvolver; pode, aliás, até pensar-se numa relação causa-efeito inversa:

* Colaborador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

**Apesar de utilizar material empírico e aproveitar algumas conclusões do trabalho apresentado ao congresso, cujas comunicações se reúnem aqui, este texto é bastante diferente dele. Uma proposta entretanto feita pela Empresa para a Agroalimentação e Cereais (EPAC) ao Dr. Manuel de Lucena e a mim para elaborarmos um historial da empresa — acompanhado de um estudo de síntese sobre a evolução da agricultura portuguesa entre os anos 30 e os anos 80 — levou-me a aprofundar a investigação anteriormente encetada. O actual texto é um subproduto desse aprofundamento, não se confundindo, apesar disso, com o estudo a ser publicado pela EPAC, que é consideravelmente mais dilatado e pormenorizado.

caberia ao desenvolvimento geral do país a maior parte da responsabilidade pelas transformações agrárias entretanto ocorridas, não tendo estas contribuído praticamente em nada para aquele desenvolvimento. Ideia que sugere nova hipótese de trabalho, por ora carente de comprovação: mais do que a impossibilidade de concretização das medidas de reforma estrutural, teriam sido as características do processo de industrialização desenvolvido no pós-guerra as principais responsáveis pela persistência do atraso agrícola português?

Sem pretender resolver este problema, o presente artigo começa por, na sua primeira parte, descrever as principais doutrinas agrárias que se enfrentaram ao longo de toda a história do Estado Novo; depois, na segunda, narra em traços muito grosseiros os debates por elas protagonizados durante os anos 50 e 60; na terceira parte mostra as mais importantes transformações sofridas pelo sector primário desde os anos 50, a crise em que por essa altura se afundou e as tentativas de solução para a vencer; na quarta, finalmente, apresenta quais as consequências para a agricultura e para a economia nacional, até meados do anos 70, de todo este conjunto de acontecimentos.

I. «A MAIS FORMOSA DAS HERDADES»

A política agrária do Estado Novo definiu-se, até aos anos 50, por uma singular combinação de voluntarismo reformista — prestes a resvalar para o revolucionarismo de direita — e receptividade às pressões de certos *lobbies* agrários. A partir de 1934, com a chegada de Rafael Duque ao Ministério da Agricultura, o regime adoptou na íntegra um projecto de reforma agrária que, proposto inicialmente por Oliveira Martins em 1887, fora ganhando partidários e difusão crescentes ao longo dos anos 10 e 20 do nosso século¹. Simplesmente, como já à época o mundo não era somente feito de ideias políticas, o Estado Novo sentiu-se também na necessidade de satisfazer os aparatosos pedidos da — como então se chamava — «lavoura», com o intuito de a proteger contra a baixa de rendimentos causada pela crise dos anos 30. É melhor pormenorizar o conteúdo político-económico de cada um destes elementos.

¹ É conveniente sublinhar, até porque se percebem melhor certas coisas, que o projecto não era de estrita dimensão agrária, tendo uma dimensão financeira (propunha o equilíbrio orçamental) e outra política (o autoritarismo do Estado); tudo coisas que o Estado Novo absorveu integralmente. Ou, melhor dizendo, que faziam geneticamente parte do Estado Novo. A presença, entre os seus autores, de alguns dos fundadores e principais protagonistas do regime apenas confirma esta ideia (v. Ezequiel de Campos, Quirino de Jesus e um discreto e pacato cidadão que dava pelo nome de António de Oliveira Salazar; cf. Fernando Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento económico nos anos 30: Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos», in AAVV, *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1988, e também Luciano Manuel Santos Moura Henriques do Amaral, *O País dos Caminhos Que Se Bifurcam, Política Agrária e Evolução da Agricultura Portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*, Lisboa, dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 27-35; sobre Rafael Duque, cf. Fernando Rosas, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-1944)», in *Análise Social*, vol. xxvi (112-113), 1991).

O último, isto é, o elemento de permeabilidade ao *lobbying* agrário e que aqui terá, para facilitar, a denominação de «conservantismo agrário», é doutrinariamente irrelevante. Define-se, na origem, pela pressão de certos agrários — os grandes do Alentejo, do Ribatejo e do Norte e alguns pequenos do Norte, nas zonas em que a propriedade se fragmentava tanto que aquilo que era pequeno se tornava enorme à escala local — junto do poder político a fim de receberem protecção aos seus interesses. Exigiam eles, essencialmente, a fixação de preços administrativos remuneradores, a atribuição de subsídios e a defesa contra certas indústrias de transformação de produtos agrícolas. Em muitas ocasiões as pretensões deste heteróclito conjunto social não tiveram resposta positiva, mas outras vezes, como, por exemplo, no caso notório da lavoura cerealífera alentejana e orizícola ribatejana, tal já não é verdade. Unia este diverso grupo de pressão uma espécie de ideologia em que a actividade agrícola se confundia com a economia portuguesa e até com o próprio país: era Portugal convertido na «mais formosa das herdades», que «outra não há tão linda, tão redonda na perfeita harmonia dos seus limites»².

O outro elemento terá sido aquilo a que Fernando Rosas, na sequência de Lino Neto, chamou projecto «neofisiocrático»³, trazido para a vontade política pela mão de Rafael Duque enquanto ministro da Agricultura (1934-1940) e da Economia (1940-1944)⁴. Constava ele de um minucioso programa de reforma agrária, no qual se previa o emparcelamento das pequenas propriedades a norte do Tejo em concomitância com o parcelamento das grandes do Sul, instalando-se nestas colonos provindos das anteriores; para que as novas pequenas propriedades fossem viáveis deveriam ser regadas, pelo que a colonização teria de ser acompanhada por importantes obras de hidráulica agrícola; enfim, como se considerava que grande parte do nosso solo não tinha aptidão agrícola, mas sim florestal, aquele que a não tivesse deveria ser convenientemente arborizado. Estamos na presença de uma velha tradição de pensamento económico, vigorosamente dada à luz por Oliveira Martins no seu célebre e malogrado projecto de lei de fomento rural de 1887, continuada depois, primeiro, por Elvino de Brito, em 1890, nos menos célebres, mas não menos malogrados, diplomas sobre emparcelamento e casal de família e, finalmente, pelo conjunto de obras de Basílio Teles, Lino Neto, Salazar, Lima Basto, Quirino de Jesus ou Ezequiel de Campos⁵. A sua ideia geral era a de uma «regeneração» nacional, admitindo-se, com esse fim, que, uma vez concretizada aquela reforma da agricultura, se pudesse promover um equilibrado desenvolvimento industrial, com particular incidência na electricidade.

Quando é chamado por Salazar ao governo, Rafael Duque traz consigo todo este acervo de ideias. Virá, contudo, a associar-lhes uma outra, decisiva: a da

² José Pequito Rebelo, *Terra Portuguesa*, Lisboa, Ottosgráfica, 1929, p. 54.

³ Cf. Fernando Rosas, «As ideias sobre desenvolvimento...», cit., pp. 192-193.

⁴ Id., «Rafael Duque...», cit.

⁵ Id., «As ideias sobre desenvolvimento...», cit., pp. 192-193; cf. também L. M. S. M. H. Amaral, *O País dos Caminhos...*, cit., pp. 29-31

necessidade de industrialização do país. Isto é, ele absorverá o discurso industrialista que desde o início dos anos 30 vinha sendo difundido conjuntamente por certos industriais mais ilustrados e, sobretudo, por esse grupo de homens novos que viriam a constituir a vanguarda da nossa industrialização no século XX, os «engenheiros», nos quais se salientava José do Nascimento Ferreira Dias Júnior⁶. É particularmente importante sublinhar esta inovação: nos anteriores autores «neofisiocráticos» o «predomínio da agricultura» não era merecedor de contestação, pois para eles tudo aconselhava a que em Portugal se desse «preferência à agricultura no trabalho nacional», constituindo um lamentável «paradoxo» querer «entre nós antepor a indústria à agricultura»⁷. Não assim para Rafael Duque, que via o processo concomitante e não separado: uma e outra coisa ligavam-se, indústria e reforma agrária iam de par⁸.

Está bem de ver que os supracitados agrários alentejanos não dispensavam particulares afectos a estas sugestões, sobretudo àquelas que presumiam a necessidade de partilhar as grandes propriedades de sequeiro do Sul por pequenos colonos. Viam a reforma agrária como um projecto grotescamente infectado pelo «vírus bolche»⁹ e justificavam a tradicional estrutura fundiária portuguesa pela Natureza e pela história, condenando à inviabilidade qualquer tentativa reformista. Para além disso, desgostavam da industrialização. Como, todavia, constituíam sobretudo um *lobby*, e não um fórum teórico, a sua antipatia pela indústria não assentava rigorosamente em princípios globalmente agrófilos e/ou industriófobos. Cingiam-se mais à defesa dos seus interesses directos. Ora, acontece que muitos destes homens participavam no poder político e/ou aí tinham pesada influência. Por conseguinte, perante as propostas de Rafael Duque, não terão deixado de exercer uma obstinada acção contrária. Este facto, que revela a complexidade de forças conflituais no interior do Estado Novo, é fundamental para se perceber o fracasso daquelas propostas. Assim como o é a eclosão da Segunda Guerra Mundial, responsável por um inevitável efeito suspensivo sobre a sua execução. Se pensarmos ainda que em 1944 Rafael Duque abandona o governo, teremos reunido uma razoável massa de razões explicativas para

⁶ Sobre os primórdios deste discurso, cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp. 109-113, 119-120, 150-154 e 185-192, e também José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 147-160.

⁷ Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos, *A Crise Portuguesa, Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, Empresa Gráfica do Porto, s. d. [1923], p. 96.

⁸ A descrição precisa da maneira como Rafael Duque formulava a ideia encontra-se feita em F. Rosas, «Rafael Duque...», cit., e em Luciano Amaral, «O país que nós perdemos: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa entre 1950 e 1973», do qual se faz um resumo em F. Rosas, *História de Portugal*, vol. VII, *O Estado Novo* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; consta ainda de um texto da autoria de Manuel de Lucena e Luciano Amaral sobre a evolução da política agrária, dos organismos de coordenação económica ligados ao sector primário e da agricultura portuguesa entre os anos 30 e os anos 80, financiado e a ser publicado este ano pela Empresa para a Agroalimentação e Cereais (EPAC).

compreendermos a travagem dos iniciais ímpetus reformistas do regime. Mas a partir desta altura é outra história que começa.

A partir de 1944-1945, com a discussão e promulgação das Leis n.ºs 2002 e 2005 — os dois diplomas germinais do processo de industrialização no pós-guerra —, surge em força, no panorama das ideias e da política económica portuguesa, uma corrente que desde há quase vinte anos vinha propondo a necessidade de industrialização imediata do país. Eram seus protagonistas alguns (poucos) industriais e eram, sobretudo, os «engenheiros», esse «diminuto contingente de quadros oriundos de um ensino técnico que só em finais dos anos 20 adquire estatuto universitário, ou formados nas universidades estrangeiras (como Araújo Correia) e que encontram colocação junto de um número restrito de empresas (como a CUF) ou, principalmente, nos organismos do Estado ligados às ‘obras públicas’»¹⁰. O seu poder de influência nos centros de decisão política torna-se por esta altura um facto incontestado. Deve frisar-se a sua clara independência, mista de desprezo, em relação à maior parte dos empresários da época. Consideravam sobranceiramente a generalidade das nossas fábricas mera «poeira industrial»¹¹, uma autêntica «economia de vão de escada»¹². E associavam a um «discurso [...] de pendor produtivista», onde se enalteciam «as virtudes da técnica», uma «concepção voluntarista da actividade económica»¹³, fundamentalmente repassada de estatismo: «Quando a iniciativa privada se não abalança [...] deve o Estado pensar que nasceu para si uma obrigação mais nobre que a de fazer de polícia»¹⁴. Daí que, «perante uma nação industrialmente abúlica [...] o Estado, *nolens volens*», tivesse «que ser responsável por alguma coisa: ou pelo que se faz no caso de intervir, ou pelo que se não faz no caso de se abster — por facto ou por omissão de facto»¹⁵. O seu optimismo voluntarista e vanguardista, que ia paredes meias com o menosprezo pelas actividades privadas, é muito claro: «Contam-se como actividades economicamente distintas a agricultura, a indústria e o comércio. O *poder* resultante da sua exploração está actualmente nas mãos de agricultores, industriais e comerciantes. O primeiro passo na racionalização deverá ser a transferência desse *poder económico* para os agrónomos, engenheiros e comercialistas»¹⁶.

Seja como for, é com este novo grupo de homens que, pela primeira vez no nosso debate económico, se abandona a ideia do inevitável primado da agricul-

¹⁰ F. Rosas, *O Estado Novo...*, cit., p. 36.

¹¹ J. N. Ferreira Dias Júnior, *Linha de Rumo, Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945, p. 221.

¹² Id., *ibid.*, p. 26.

¹³ José Maria Brandão de Brito, «Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo», in AAVV, *Contribuições...*, cit., p. 219.

¹⁴ J. N. Ferreira Dias Júnior, *op. cit.*, p. 174.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 214.

¹⁶ Joaquim Taveira, *A Engenharia Portuguesa face à Racionalização da Indústria*, separata do n.º 671 da *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, Porto, 1931, cit. por J. M. B. Brito, *op. cit.*

tura em Portugal. Sucede que tal abandono se fez acompanhar da ausência de qualquer reflexão específica sobre o sector. Na sua concepção económica voluntarista, torrencial, o nosso «industrialismo» imaginava que com uma sistemática sementeira de fábricas pelo país a actividade agrícola se veria forçosamente «arrastada» para a modernização. Efectivamente, se nos anos 30 se dera uma associação algo espúria entre o «industrialismo» nascente e a «neofisiocracia» — num processo que teve como cume a acção de Rafael Duque no governo —, a partir das leis Ferreira Dias as águas separam-se com clareza: industrialização e reforma agrária passam a ser de novo conceitos separáveis, sem qualquer espécie de ligação estrutural.

Em suma, ao longo dos anos 30 e 40 podemos descobrir por trás da acção económica do Estado Novo três grandes forças de propósitos nem sempre coincidentes. Uma, a «neofisiocrática», com sérios esteios no poder político, mas muito poucos na sociedade civil; outra, a do *lobby* agrário, igualmente bem ancorada no Estado, mas, ao contrário da anterior, fortemente vinculada a poderosos vectores da sociedade, e que era radicalmente adversa a quaisquer sugestões de reforma agrária; enfim, a partir de finais da guerra, a corrente industrialista, formada por indivíduos cujos «interesses», na maior parte, se confundiam com os do próprio Estado e cuja qualificação técnica e académica os tornava os mais óbvios candidatos à formação de uma sólida burocracia de Estado moderna e modernizante: algo indiferentes aos destinos do agro lusitana, não achavam qualquer indispensabilidade na reforma agrária «neofisiocrática», antes propondo a industrialização *no matter what*.

II. O CANTO DO CISNE «NEOFISIOCRÁTICO»

Em termos de política económica, a década de 50 inaugura-se com o I Plano de Fomento. Na sua elaboração é claramente visível a participação de duas das correntes acima referidas. Torna-se aí aparente não só a transformação do discurso industrialista em discurso oficial do Estado, como também a persistência da capacidade de influência dos teóricos «neofisiocráticos». A ideia central do plano é a da necessidade de modernização e industrialização do país. Mas anexa a essa vêm outras, nomeadamente para o sector agrícola, incapaz, segundo se dizia, de «enfrentar as exigências crescentes do consumo interno e da exportação»: «hidráulica agrícola, povoamento florestal e colonização interna»¹⁷.

Para as concretizar achava-se indispensável rever o regime jurídico relativo à colonização interna, sobretudo no que tocava à capacidade da Junta de Colonização Interna (JCI) para expropriar terras com vista ao parcelamento e à instalação de colonos. E no mesmo ano em que entra em vigor o plano o governo apresenta para apreciação da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional uma proposta de lei sobre aquela questão.

Bastante radical nas suas intenções iniciais, a proposta de lei foi, simultaneamente, execrada pelos representantes da grande agricultura com assento na Assembleia Nacional — receosos de se verem expropriados pela JCI — e olhada com indiferença pelos «industrialistas», como Camilo de Mendonça, que nas sessões de discussão da proposta se perguntava se seria «a colonização dirigida, associada ao fomento hidroagrícola, o caminho indicado para enfrentar os nossos velhos e complexos problemas agrários». Prontificava-se a responder que não, e «não se» lhe afigurava, para além do mais, «que a solução para o sobrepovoamento rural pudesse ser encontrada a não ser no domínio extra-agrário». Ou seja, «só o desenvolvimento industrial» poderia «assegurar aquilo que a terra não garante». Acrescia que acreditava ser «ponto assente» que «o tipo de agricultura mecanizada, técnica, especializada» era «indiscutivelmente superior ao de uma agricultura intensiva, diversificada, minifundiária». Defender só defendia «o emparcelamento, sem o que a modernização se não operaria», pois, «por toda a parte», «as ‘pequenas’ explorações» estavam a ser definitivamente «ameaçadas»¹⁸. E concluía, tipicamente: «Não considero o problema posto à nossa consideração nem terrivelmente mau nem extraordinariamente bom, mas um problema que só casuisticamente pode ser apreciado e não pode nunca ser considerado nem como elemento fundamental nem como objectivo marcado da reforma da nossa estrutura agrária»¹⁹.

Em socorro da proposta de lei viriam apenas três ou quatro deputados, todos eles invocando todas as razões, menos as de modernização da nossa agricultura e da nossa economia, como Melo e Castro, por exemplo, que já na altura da discussão do Plano de Fomento campeara o seu apoio à colonização interna — expropriação dos latifúndios incluída — em nome da «necessidade de desproletarização» do Alentejo²⁰. Era até com certa alegria que o mesmo deputado constatava não ter entre nós «a empresa capitalista [...] assumido as suas mais fortes expressões, como dissociadora dos factores de produção e responsável pela pavorosa redução à miséria moral e material de milhões e milhões de almas proletarizadas»²¹.

A lei veio a ser aprovada, sob o n.º 2072, em 18 de Junho de 1954, integrando as correcções mais importantes propostas pela Câmara Corporativa, facto que determinaria não só a consagração do princípio de dissociação das obras de rega das de colonização, como também a completa inutilização da eficácia das regras de expropriação²². Os episódios em torno desta lei e o resultado final do debate têm o condão de tornar explícitas as cisões e solidariedades entre cada uma das

¹⁸ Discussão da proposta de lei sobre colonização das áreas beneficiadas pelas obras de fomento hidroagrícola in *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, n.º 24, de 3-2-54, pp. 345-348.

¹⁹ *Ibid.*, p. 351.

²⁰ *Plano de Fomento*, cit., p. 649.

²¹ *Ibid.*, p. 660.

²² Uma descrição pormenorizada da discussão e do conteúdo final da lei encontra-se em L. Amaral, «O país que nós perdemos...», e no texto atrás referido de M. Lucena e L. Amaral.

correntes até agora analisadas. Perante as propostas reformistas operava-se como que uma aliança «objectiva» — não obstante ser ambígua — entre os interesses agrários e os teóricos da industrialização. Estes, frente à reacção daqueles, optavam pelo indiferentismo: uma vez que não consideravam indispensável à modernização a revisão da nossa estrutura fundiária, desprezavam a discussão séria do assunto. No meio destas duas poderosas forças, quixotescamente suspensos no vácuo, ficavam vogando os poucos defensores da reestruturação.

É verdade que com o II Plano de Fomento viriam ainda a ter o seu *momentum*. Mas efemeramente. Para além de que, em bom rigor, não se podem considerar as propostas aí surgidas como directamente emanantes do pensamento «neofisiocrático». Antes são uma sua sequela compósita, espécie de miscelânea em que o fundo antigo se mistura com a então moderna teoria do desenvolvimento e certos *apports* do industrialismo.

Sob a direcção de Eugénio de Castro Caldas, o relatório final preparatório do II Plano de Fomento, apresentado conjuntamente com a proposta de lei, ao propor os tradicionais récipes «neofisiocráticos» da colonização, da hidráulica e do povoamento florestal, envolvia-os numa linguagem conceptualmente diferente da dos seus anteriores avatares. Como bem salientou Fernando Oliveira Baptista, a «defesa da dimensão do casal agrícola» passa agora a ser feita, já não pondo-se «ênfase na propriedade», mas antes «no lado técnico-económico da exploração»²³: «diferença de terminologia que [...] se conota com o privilegiar da chamada *eficácia técnica* e não apenas da função económico-social»²⁴. Daí que, como se disse, o novo projecto enxertasse na velha figura da colonização interna elementos teóricos provenientes, quer do industrialismo, quer da teoria do desenvolvimento: «Até agora têm sido criadas empresas agrícolas [essencialmente fundadas na ideia de auto-suficiência] sem que se admitam grandes meios de mecanização e de motorização.» Ora, «à luz do conceito moderno, a finalidade de auto-suficiência total não tem defesa, visto que ofende o propósito [...] de estimular os elos de 'interdependência' da agricultura e da indústria, necessários para desencadear o progresso económico. As empresas agrícolas resultantes das obras de colonização devem ser o mais possível mecanizadas e motorizadas [...] e têm de estar em grande dependência do sector industrial»²⁵. Daqui resultando, como corolário e conclusão prática, «que a modernização da agricultura conseguida por meio da 'industrialização', que permite a mecanização e a motorização, conduz a um tipo de exploração de superfície média, alcançado por parcelamento das exploração de tipo 'latifundiário'»²⁶.

²³ Fernando Silva Oliveira Baptista, *Política Agrária (Anos Trinta-1974)*, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 1984, p. 38.

²⁴ Id., *ibid.*, p. 48.

²⁵ Eugénio de Castro Caldas, «Industrialização e agricultura», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 18, 1957, p. 165.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 131.

Óbvios adversários da ideia — desta como de qualquer outra tendente a repartir a grande propriedade — eram os directamente visados «latifundiários». Curioso, porém, é constatar a ausência de identidade entre o conceito de «eficácia técnica» tal como era entendido por Castro Caldas e tal como o era pela maior parte dos homens do industrialismo, para quem «a concentração da terra» não era «um mal em si mesma», dado poder «não coincidir com exploração de tal dimensão que obste à maior eficiência»²⁷. Para eles, fundamental em matéria agrária seriam apenas o emparcelamento e uma boa legislação sobre arrendamento. O primeiro para evitar a multiplicação de propriedades minúsculas, tecnicamente inviáveis. A segunda para permitir, não a defesa dos pequenos rendeiros, tidos por dispensáveis, mas sim a dos grandes e médios que trabalhassem em condições modernas. Como sublinhava o deputado Carlos Mantero, a difusão da pequena agricultura era contraditória com o processo de industrialização: «Se nos racionalizarmos ao nível do progresso tecnológico, pouparemos mais mão-de-obra [...] Será sobretudo na agricultura e no comércio que a racionalização e a mecanização maiores excedentes produzirão, precisamente os dois sectores da actividade nacional em que as possibilidades de reabsorção são mais limitadas»²⁸.

Todo este debate vai estar presente na discussão do II Plano de Fomento e legislação subsequente. Mais uma vez a grande questão em disputa viria a ser a da atribuição à JCI da capacidade de expropriação, e mais uma vez os propósitos drásticos e radicais sofreriam uma clamorosa derrota, permitindo a persistência do nosso *status quo* fundiário²⁹.

Desta forma inglória se encerraria a «última tentativa de reformismo agrário limitado»³⁰ tentada em Portugal. Daí em diante jamais o velho bordão da reforma agrária «neofisiocrática» — mesmo quando recauchutado com novas contribuições teóricas — regressaria da boceta dos fracassos históricos. Aqueles que a defendiam continuavam activos, mas o poder já os esquecera para sempre. Para além da vontade política, a própria evolução da realidade assim o determinava.

III. PORTUGAL, PAÍS ESSENCIALMENTE INDUSTRIAL

À margem e indiferente a estas querelas teórico-políticas, a agricultura portuguesa — melhor dizendo, a economia portuguesa — sofria a sua mais espectacular metamorfose de sempre. O país entrava em fase de crescimento económico auto-sustentado, a sua indústria desenvolvia-se exponencialmente, a importância

²⁷ Deputado Camilo de Mendonça na discussão da proposta de lei sobre colonização de áreas beneficiadas por obras de fomento hidroagrícola in *Diário das Sessões...*, cit., p. 349.

²⁸ Deputado Carlos Mantero na discussão do aviso prévio sobre o problema económico português apresentado à Assembleia Nacional pelo deputado Daniel Barbosa in *Diário das Sessões...*, n.º 203, de 13-4-57, p. 678.

²⁹ Este debate é também analisado com pormenor em L. Amaral, art. cit., e em M. Lucena e L. Amaral, *op. cit.*

³⁰ Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura Portuguesa através dos Tempos*, Lisboa, INIC, 1991, p. 580.

relativa da agricultura decaía em termos drásticos e definitivos, a população começava a fugir em massa dos campos em direcção às cidades.

Com o produto interno bruto a crescer a uma taxa anual média entre 6% e 8% no período de 1950-1973, a indústria a produzir quase 50% da riqueza nacional em 1973 — 11,3% para a agricultura, contra cerca de 30% em 1950 — e a população activa agrícola passando de 44% do conjunto da população activa em 1950 para 28% em 1973, a estrutura da economia do país sofreu uma inequívoca modernização³¹. Dos anos 50 em diante Portugal deixou, na realidade, de ser «essencialmente agrícola» e a maior parte das suas transformações pouco tiveram a ver com quaisquer medidas de política agrária — que o mesmo não é verdade para as de política industrial.

Olhar para Portugal na década de 60 é enfrentar um país completamente diferente do que até então ele fora. Na própria política económica as forças em presença sofrem uma recomposição, com a entrada em cena de um conjunto de jovens economistas cuja formação técnica contrasta com o empirismo e o generalismo da velha elite político-económica.

Pelos meados dos anos 60, definitivamente afastados da influência política — porque sumergidos pela nova geração de economistas e engenheiros, mas também pela velha de interesses agrários — estão os homens da «neofisiocracia» e sequelas. A política económica oficial integrara de vez no seu património as bases do «pensamento» industrialista, e a verdade é que este conseguia conviver — não obstante a existência de um conflito surdo — com os propósitos da grande agricultura. Esta, por sua vez, obrigada pelo êxodo rural a modernizar-se parcialmente, também já se não identificava completamente com a sua antecessora. Claramente subordinada, agora e até ao final do período em estudo, ela adoptaria um discurso de imolação, reivindicando do poder político ajuda para enfrentar o sacrifício a que presumivelmente a industrialização a vinha obrigando.

Nesta altura era já visível aquilo que ninguém fora capaz de prever dez a quinze anos antes: a radical perda de importância sócio-económica da agricultura transformara-a num sector subsidiário dentro da economia portuguesa, abertamente dependente dos ditames do mundo industrial e urbano. Acrescendo que a debilidade da sua *performance* tendia a agravar ainda mais a situação.

Efectivamente, a clara lentidão — na realidade um ritmo inferior em metade ao da produtividade do resto da economia — da produtividade agrícola é particularmente chocante quando comparada com o acelerado crescimento da produção e da produtividade industriais³². Não surpreende, por isso, que a agricultura tenha dado uma contribuição progressivamente declinante para o crescimento total da economia: ao cair de 7,8% na década de 50 para -0,7% entre 1970 e 1973,

³¹ Quadros estatísticos pormenorizados sobre a evolução da economia portuguesa e respectivos sectores neste período podem encontrar-se em L. Amaral, art. cit., e José António Girão, *Natureza do Problema Agrícola em Portugal (1950-1973): Uma Perspectiva*, Oeiras, FCG/CEEA, 1980, pp. 17-18.

³² Para números pormenorizados, v. L. Amaral, art. cit., e J. A. Girão, *op. cit.*

passando por 3,9% nos anos 60, este contributo passou de moderado a negativo, isto é, no período 1970-1973 a agricultura, pura e simplesmente, deixou de contribuir para a evolução da economia, antes tendo tendência para a travar³³.

A situação era de toda a evidência grave e ecumenicamente tida por carente de solução rápida. Em 1962, a chegada à chefia do Ministério da Economia do jovem economista Luís Maria Teixeira Pinto traduziu-se numa série de propostas para vencer a crise. Adoptando um discurso desenvolvimentista, afirmava o novo ministro que o nosso principal «problema económico» consistia em «manter o desenvolvimento económico da metrópole». Para esse efeito tinha por inquestionável a «irreversibilidade de participação da agricultura». Pelo que sugeria uma certa «orientação» na política agrária: deveria proceder-se segundo a seguinte ordem de prioridades: «(1) adaptação gradual de culturas», medida com a qual se visava, como «primeiro passo», «*abrandar* o ímpeto da ‘campanha do trigo’, promovendo-se em alternativa os produtos florestais, hortícolas, frutícolas e pecuários; (2) revisão selectiva de preços; (3) saneamento e reforço dos meios financeiros; (4) melhor comercialização e apoio industrial; (5) revisão da orgânica»³⁴.

Nesta enumeração cabe salientar o abandono da temática da reforma agrária, tida por secundária nos objectivos políticos e de concretização meramente virtual. Seja como for, as sugestões do novo ministro provocaram uma acerba reacção da lavoura trigueira, que, através do deputado Amaral Neto na Assembleia Nacional, se ergueu contra «a solução que agora aparece oferecida como novo caminho da nossa economia agrária: abandonar a ‘agricultura de abastecimento’ e ir ‘para uma agricultura de mercado’»³⁵. Num aviso prévio, cujo conteúdo é sintomático dos novos tempos, Amaral Neto implora à «cidade» que não destrua o «campo», «que cesse de escravizá-lo, apoiada nos jogos financeiros de estranhos, à satisfação das suas necessidades e ao saciar dos seus apetites». Segundo ele, era tempo de dizer «basta!», de obrigar «a indústria a pagar à agricultura o que lhe deve» e de terminar com uma situação em que «a cidade pratica sobre o campo o último colonialismo dos nossos dias»³⁶. Como reivindicação, previsivelmente, pede somente uma actualização dos preços e a continuação dos subsídios: «não somos, nem parece que jamais possamos sê-lo, competitivos no custo dos cereais»; «tanto não é bastante» para se desincentivar a sua cultura³⁷.

É voz corrente, mesmo hoje, entre altos funcionários económicos da época, que a demissão do intransigente ministro da Economia no ano seguinte (1965)

³³ A fonte estatística para esta informação é L. Amaral, art., cit.

³⁴ Explicações do ministro da Economia após o aviso prévio do deputado Amaral Neto sobre a crise da agricultura in L. M. Teixeira Pinto, *Aspectos da Política Económica Portuguesa (1963-1964)*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, p. 147.

³⁵ Aviso prévio do deputado Amaral Neto sobre a crise da agricultura in *Diário das Sessões...*, n.º 127, de 7-2-64, p. 3172.

³⁶ *Ibid.*, pp. 3162-3170.

³⁷ *Ibid.*, pp. 3174-3178.

em grande parte se deve à acção deste *lobby*³⁸. Embora verosímil, esta tese não tem, evidentemente, qualquer possibilidade de corroboração. Seja como for, antes de se demitir, o ministro tem ainda tempo para orientar a redacção da proposta de lei do Plano Intercalar de Fomento, onde a lista de prioridades atrás citada surge transcrita quase textualmente. Em seu lugar é nomeado José Gonçalo Correia de Oliveira, cuja política, nas suspeitas palavras de Nunes Mexia, teria dado passos «francamente positivos [...] no restabelecimento da confiança da nossa agricultura»³⁹. Vejamos porquê. O documento base da sua acção foi o regime cerealífero para o período 1966-1970. O novo ministro, pelas suas declarações, parece herdar os princípios e os propósitos do anterior, clamando pela «impossibilidade no plano financeiro e pelo erro no plano económico de assegurar preços» remuneradores para a «baixa produtividade» do trigo português. Tratar-se-ia, por isso, de retirar o trigo de muitas terras inapropriadas para ele, sem deixar de aumentar a sua produção, graças à melhoria da produtividade, e substituí-lo por outras culturas mais adequadas e mais ricas, que deveriam passar a ser convenientemente fomentadas, como as forragens, as frutas, a pecuária ou a floresta⁴⁰.

No entanto, ao misturar a vontade reformista com uma série de ambíguas transigências com o *status quo*, Correia de Oliveira acaba por desvirtuá-la largamente: não só o preço do trigo sofre uma actualização bastante razoável — o que não acontecia desde 1948 —, como também certas dotações teoricamente destinadas à reconversão terminariam, na prática, por se ver incorporadas no preço do cereal⁴¹. Apesar de levar a cabo uma série de importantes medidas, de resto com vastos efeitos práticos, relativas aos fomentos pecuário e hortofrutícola, Correia de Oliveira foi, indubitavelmente, responsável por um indiscriminado apoio à cultura frumentária, sem paralelo desde a campanha do trigo. De tudo isto parece resultar a imagem de um ministro em equilíbrio instável, empenhado, simultaneamente, na pacificação dos mais importantes interesses agrícolas e na real transformação do nosso sector primário. Convém referir que, não obstante a timidez das medidas de reforma a ela relativas, a agricultura trigueira alguma coisa se foi modernizando por esta altura. Não o terá feito necessariamente em consequência da nova política, apesar de certos estímulos criados pelo regime cerealífero terem, provavelmente,

³⁸ Para mais pormenores sobre a acção e sucessão de Luís Teixeira Pinto, cf. José Maria Brandão de Brito, «Considerações sobre a economia portuguesa nos anos 60», comunicação apresentada ao II Encontro de História Económica Portuguesa, «Donde vem a economia de Portugal no século xx», Curia, ICS, 1993, e também, L. Amaral, art. cit., e M. Lucena e L. Amaral, *op. cit.*

³⁹ Intervenção na Assembleia Nacional antes da ordem do dia do deputado Nunes Mexia sobre a crise da agricultura nacional in *Diário das Sessões...*, n.º 79, de 6-2-71, p. 1602.

⁴⁰ Para tudo isto, v. Decreto-Lei n.º 46 595, de 15-10-65 (regime cerealífero para 1966-1970), e também Manuel de Lucena, «Salazar, a 'fórmula' da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário», in *Análise Social*, vol. xxvi (110), pp. 167-197.

⁴¹ Este processo, impossível de aqui ser resumido, encontra-se pormenorizadamente descrito no texto já referido da autoria de M. Lucena e L. Amaral. Uma explicação parcial pode ser encontrada em M. Lucena, art. cit., pp. 167-197, e Arlindo Cabral, *Produção, Transformação e Comercialização dos Cereais em Portugal. Monografia sobre Medidas de Política Económica Adoptadas sobre Cerealicultura no Período 1950-1973*, Lisboa, EPAC, 1991, p. 99.

ajudado. De facto, com o maciço êxodo rural então verificado, os agricultores latifundiários viram-se forçados, independentemente de outros incentivos, quer a mecanizar de forma intensiva as suas explorações, quer a reduzir a área de cultivo dedicada ao trigo, quer ainda a substituir esta por outras produções menos absorventes em mão-de-obra.

Não terão sido tais mudanças suficientes pelo que se deduz do conteúdo do regime cerealífero de 1970. No seu preâmbulo, João Augusto Dias Rosas constata: « nenhuns passos positivos foram até hoje efectivamente dados » no sentido « de uma completa revisão das orientações e políticas » no domínio cerealífero⁴². Segundo o ministro, « os preços recebidos entre nós pelos produtores de trigo » excediam, « entre 20 e 30%, os pagos à generalidade dos agricultores europeus », chegando « a ser duplos dos praticados em alguns países americanos ». Por estas razões, o seu esforço propunha-se ir no sentido de « dar efectividade à política traçada em 1965 », o que seria feito dando « nova forma às 'dotações para reconversão e melhoria das técnicas culturais' »⁴³.

Mesmo assim, não terá sido ainda desta vez que se puseram em funcionamento mecanismos de real desincentivo à cultura indiscriminada do trigo no Alentejo, pois Dias Rosas, « consciente da grave situação que a lavoura » atravessava e « tendo presente como a finalidade daquela dotação » havia sido « desvirtuada, a ponto de haver sido, na prática, considerada como incorporada nos preços dos cereais », decidiu « elevar os preços do trigo e do centeio »⁴⁴.

Apesar de todas estas « transigências » — era assim que o próprio ministro lhes chamava —, a sua intenção de melhorar os esquemas destinados a fomentar a reconversão parece ter sido consequente. Isto é, ao mesmo tempo que persistia na tradicional política de preços, introduzia « acção [presumivelmente mais eficazes e menos indiscriminadas] verdadeiramente dirigidas aos factores de produção, beneficiando os preços desta e subsidiando directamente quer os que afectam as melhorias fundiárias, com reflexos na produtividade do solo, quer os que visam a reconversão de culturas, eliminando a cultura cerealífera de vastas áreas inteiramente inaptas para este fim »⁴⁵. Teve pouco tempo para ser aplicada tal política, pois quatro anos mais tarde, no dia 25 do mês de Abril, a história viria a sofrer uma dramática alteração de curso.

IV. « OS AMERICANOS EM MATÉRIA AGRÍCOLA TÊM MUITO QUE APRENDER ENTRE NÓS »

Apesar de tudo o que os responsáveis políticos da época sobre ela disseram e apesar desta sua dependência do « subsídio » e do « preço » administrativo, uma

⁴² Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 491/70, de 22-10-70 (regime cerealífero de 1970 em diante).

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*

importante fracção da agricultura alentejana tinha vindo a modernizar-se parcialmente ao longo das décadas de 60 e 70. Como já vimos, o êxodo rural e uma política de crédito — iniciada em 1946, com a Lei n.º 2017, conhecida como de «melhoramentos agrícolas» — que favorecia a compra de maquinaria e a realização de outros investimentos pelas explorações maiores ou potencialmente mais modernas levaram aqueles agricultores a reduzirem a sua dependência da abundância de mão-de-obra através de uma acentuada mecanização. Seriam as mesmas facilidades de crédito que viriam a permitir também um moderado desenvolvimento das pequenas obras privadas de rega, as quais, associadas aos grandes empreendimentos hidráulicos promovidos pelo Estado, conduziram a um certo abandono da cultura do trigo — de qualquer modo produzido em condições mais produtivas graças à mecanização — em favor do tomate com destino industrial, do arroz e do milho.

Radica-se, aliás, em parte neste processo a razão pela qual o industrialismo, agora solidamente instalado na direcção da política económica, viria a marginalizar cada vez mais os princípios de reforma agrária: afinal, os velhos latifúndios pareciam estar a transformar-se em modernas explorações capital-intensivas, desse modo tornando aparentemente irrelevantes as medidas de reestruturação. É evidente que esta modernização não autorizava enormidades como a do deputado Abranches Soveral, para quem «os Americanos em matéria agrícola» teriam «muito que aprender entre nós»⁴⁶. Mas não é menos verdade que alguma coisa estava a mudar na nossa agricultura alentejana.

Assim, as grandes preocupações da política oficial foram-se transferindo sobretudo para os problemas do minifúndio. Daí a importância que passaram a assumir as questões relativas ao emparcelamento e à agricultura de grupo, em relação às quais algumas medidas foram tomadas, mas com resultados bastante decepcionantes⁴⁷.

Em suma, todas as tentativas de reordenamento agrário ensaiadas neste período se defrontaram com obstáculos inultrapassáveis. Por isso, apesar de parecer operar-se um movimento quase universal (que exclui o Alentejo) de enfraquecimento das explorações agrícolas pequenas em favor das médias e também das grandes, o quadro geral permanece estável⁴⁸.

Tudo o que temos vindo a dizer permite já ter alguma noção sobre a evolução social ocorrida nos campos ao longo do período em estudo. Mas cumpre ir um pouco mais longe: após um primitivo período de estabilização (1950-1960), a percentagem de assalariados agrícolas decresce com uma certa intensidade em 1970. Semelhante desenvolvimento parece ser de atribuir ao débil desenvolvimento da economia nacional durante os anos 30 e 40; quando o crescimento das

⁴⁶ Intervenção do deputado Abranches Soveral na discussão do aviso prévio do deputado Amaral Neto sobre a crise da agricultura in *Diário das Sessões...*, n.º 127, de 7-2-64, p. 3392.

⁴⁷ A sua análise pode ser encontrada em L. Amaral, art. cit., e em M. Lucena e L. Amaral, *op. cit.*

⁴⁸ Para uma informação estatística detalhada e respectiva análise e interpretação, cf. L. Amaral, art. cit.

actividades não agrícolas começou a sua aceleração nas décadas de 50 e seguintes, e quando as restrições à emigração desapareceram, a pressão demográfica nas zonas rurais enfraqueceu e a tendência de proletarização inverteu-se⁴⁹.

Esta evolução de sentido moderno coincidiu, no entanto, com um processo de crise crescente da nossa agricultura. Aparentemente, a redução da população activa agrícola, apesar de todas as melhorias referidas, terá levado a uma redução na utilização global de factores produtivos feita pelo sector: «A discrepância entre o crescimento global da economia e a estagnação da agricultura deve-se à redução na utilização dos factores produtivos mais importantes e ao facto da diminuição em um deles (o trabalho) não ter sido *suficientemente* compensada pelo aumento dos outros [...] Enquanto a quantidade de trabalho aplicada na agricultura diminuiu, os salários subiram, sem que uma utilização mais intensiva da terra e um aumento do investimento viessem compensar a redução no factor trabalho⁵⁰.» Ora, não obstante a sua importância, esta redução não terá sido muito acelerada e nem sequer terá beneficiado exclusivamente a indústria e os serviços: a estratégia de industrialização então desenvolvida estava longe de favorecer a criação de emprego naqueles dois sectores. Como dizia Xavier Pintado, «o facto de o emprego na indústria ter crescido apenas 17% [...] enquanto a produção industrial aumentou à volta de 90%, levanta dúvidas sobre a capacidade para gerar empregos do investimento [à época] feito na indústria portuguesa⁵¹. Segundo João Confraria e João L. César das Neves, a explicação para este mecanismo deveria ser procurada, essencialmente, nos seguintes factores: (a) no «baixo preço do capital, resultante quer de uma política governamental determinada, quer do facto de a procura de capital não ter sido suficientemente forte para pressionar em demasia as taxas de juro; (b) [...] [no] carácter capital-intensivo de muitas indústrias importantes, tidas por estratégicas no processo de industrialização [...] Como consequência destes factores foi 'indubitavelmente' exercida nos salários uma pressão para a baixa [...] a escolha de tecnologias mais capital-intensivas reduziu a procura de trabalho pelas empresas. Por outro lado, os baixos salários foram, presumivelmente, um incentivo à emigração, a qual de alguma forma os terá então pressionado no sentido da alta [...] O seu aumento terá reduzido ainda mais a procura de trabalho, o que os deprimiu [de novo], dando um incentivo adicional à emigração. Assim, durante os anos 60 o comportamento tanto das empresas como dos trabalhadores exerceu uma pressão combinada no sentido da baixa do emprego⁵².»

⁴⁹ Uma análise mais extensa destas matérias pode ser encontrada em L. Amaral, art. cit., e M. Lucena e L. Amaral, *op. cit.*

⁵⁰ World Bank, *Portugal, Agricultural Sector Survey*, Washington, D. C., 1978, p. 118, cit. in Edgar Rocha, «Evolução do défice externo agrícola, particularmente no domínio alimentar, e suas causas», in *Análise Social*, vol. xv (60), 1979, p. 849.

⁵¹ V. Xavier Pintado, *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, Genebra, EFTA, 1964, p. 176.

⁵² João Confraria e João L. César das Neves, *Industrialization in Portugal (1948-1985): Some Evidence and Notes on the Industrialization Strategy*, Working paper n.º 27, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 1991, p. 18.

Tal orientação contribuiu em muito para a criação de um crescente subemprego dos activos remanescentes na agricultura⁵³, apenas moderadamente chamados a trabalhar na indústria e nos serviços e fugindo à sua miséria por via da emigração. Quer isto dizer que, muito provavelmente, grande parte do progressivo retardamento do sector primário durante o processo de industrialização do pós-guerra será de dever à sua baixa produtividade, originada por um ambíguo fenómeno económico: ao mesmo tempo que a fuga de mão-de-obra dos campos não terá sido compensada o bastante pela introdução neles do factor capital, também o número ainda excessivo de trabalhadores que foram ficando não terá propiciado condições suficientes para um aumento daquela introdução, nomeadamente sob a forma de máquinas.

Apesar de tudo, as transformações ocorridas no nosso agro contribuíram para a parcial modernização do sector e para uma necessária e desejável reorientação das produções, o que não obstou a que ele manifestasse sérias dificuldades em acompanhar certas necessidades do desenvolvimento do país. Graças à subida dos rendimentos urbanos induzida pelo desenvolvimento industrial, o consumo, nomeadamente o alimentar, sofreu um razoável aumento entre a década de 50 e a de 70. Em matéria de alimentos, esse aumento foi-se fazendo em benefício dos chamados produtos agrícolas ricos — carne, leite, ovos, fruta, etc. — e em detrimento dos mais pobres — cereais, como o centeio, a cevada e o arroz, mas também a batata, o vinho e outros⁵⁴. Produzindo principalmente estes últimos — apesar de o fazer em proporção cada vez menor —, a agricultura portuguesa foi mostrando muitas dificuldades em dar resposta à mudança de orientação na procura alimentar operada durante o período. Efectivamente, embora a produção dos ditos produtos ricos tenha aumentado, com excepção da produção de frutas, que cresceu a um ritmo muito aceitável, as restantes quedaram-se por ritmos lentíssimos.

Com uma agricultura em dificuldade para corresponder à mudança das características da procura, o país foi-se vendo forçado a aumentar a importação de determinados bens alimentares⁵⁵. Como seria esperável e desejável para um país nos primórdios do seu desenvolvimento, as importações totais aumentaram mais do que as agrícolas. Assim, a participação destas últimas no conjunto das importações foi, lenta mas solidamente, decrescendo. «Não se deve, no entanto, deixar de referir como aspecto menos positivo a proximidade dos valores daquelas duas taxas num país relativamente pouco industrializado como Portugal, dada a premência em se recorrer à importação de bens de equipamento com vista à modernização tecnológica e expansão da indústria⁵⁶.»

⁵³ Subemprego esse que poderá talvez estar na origem da persistência de uma percentagem de assalariados agrícolas ainda muito elevada no final do período em análise, como acima vimos.

⁵⁴ Estatísticas para tudo isto acham-se em L. Amaral, art. cit., e M. Lucena e L. Amaral, *op. cit.*

⁵⁵ Números com os valores do comércio externo podem encontrar-se em L. Amaral, art. cit., M. Lucena e L. Amaral, *op. cit.*, e J. A. Girão, *op. cit.*

⁵⁶ J. A. Girão, *op. cit.*, p. 74.

No conjunto das importações agrícolas, as que mais pesaram foram as de algodão, açúcar, produtos oleaginosos, milho e carne⁵⁷. As três primeiras tiveram, todavia, um comportamento relativamente estável, para além de que a sua importante participação não dependeu exclusivamente das necessidades do consumo nacional, devendo ser sobretudo atribuída à política, então corrente, de protecção da produção colonial. Resta, por isso, como manifestação daquelas necessidades, a evolução das importações de carne e milho, que representavam cerca de um quinto das importações agrícolas na década de 70⁵⁸.

É nesta altura evidente a deterioração da nossa balança comercial agrícola, apesar dos ligeiros saldos positivos ocorridos ao longo da década de 50. Espanta que uma evolução de tal maneira negativa tenha sido suportável durante tanto tempo pela economia portuguesa. Segundo Edgar Rocha, o facto seria explicável pela situação folgada da balança de pagamentos, a qual, através das remessas da emigração, cujo volume era enorme, teria permitido compensar o *deficit* comercial agrícola: «Se se admitir a hipótese de que cerca de metade das remessas de emigrantes se destinam a famílias rurais, então a relação entre as remessas recebidas pelo sector agrícola e o produto agrícola bruto aumentou de 1% no início da década de 50 para 6% em 1960, 26% em 1970 e 35% em 1972 [...] [Assim] as remessas dos emigrantes [...] [tornaram-se] uma importante fonte de receitas [...] para as famílias rurais, o que explica que a exploração agrícola e seu desenvolvimento se tenham tornado factores bastante menos cruciais para a sobrevivência e relativo bem-estar de muitas daquelas famílias⁵⁹.»

Ao iniciar-se a década de 50, já o Estado Novo tinha atrás de si quase vinte anos de luta política em torno da questão da reforma das estruturas fundiárias. A força do *lobby* dos grandes agrários, a natural morosidade da fase inicial de um projecto com a extensão deste — sobretudo gasta em estudos, planos, etc. —, a sua lógica interrupção pela Segunda Guerra Mundial e a demissão de Rafael Duque ao terminar o conflito explicam a não concretização de qualquer operação de parcelamento e colonização entre os anos 30 e os 50. Estes últimos terão sido a década de ouro das tentativas reformistas, pois neles se sucederam a uma rapidez vertiginosa as propostas de lei pretendendo pôr em movimento as acções de colonização, de hidráulica agrícola e de povoamento florestal. Todavia, por esta altura começara a desenvolver-se uma gigantesca transformação do nosso ambiente político e económico: o país industrializava-se a um ritmo muito razoável e com esse processo ia simultaneamente ascendendo aos postos de decisão política um conjunto de homens novos apostados em manter o ritmo das mudanças. Estes homens, chamemos-lhes industrialistas, não atribuíam particular importância ao reformismo agrário. Se nos anos 30 e 40 se haviam um pouco espuriamente coligado com a «neofisiocracia», depois foram-na abandonando.

⁵⁷ Id., *ibid.*, pp. 76-77.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 77.

⁵⁹ Edgar Rocha, art. cit., pp. 850-851.

Perante a violenta reacção dos tradicionais e politicamente poderosos interesses agrários relativamente às ideias reformistas, optaram por não os hostilizar, no pressuposto de que, com ou sem reforma agrária, a indústria se desenvolveria na mesma — o que efectivamente veio a suceder⁶⁰. Tal como acima referimos, deu-se por esta altura como que uma aliança «objectiva» entre os grandes proprietários fundiários e os novos agentes da industrialização.

Com o fracasso das propostas reformistas constantes do II Plano de Fomento, a dita «neofisiocracia» perdeu definitivamente a sua importância política. Doravante as pretensões de modernização da nossa agricultura deixaram de ter como prioritárias, ou sequer necessárias, as alterações da estrutura fundiária. Alguma base factual sustentava este abandono: os velhos latifúndios pareciam estar a transformar-se em explorações agrícolas progressivas, por aí tornando secundária a questão das estruturas. Durante a década de 60 foi-se vendo cada vez mais claro que uma das bases desse processo havia sido a perpetuação de elevados preços administrativos ao produtor, coisa que teria permitido a insistência no cultivo dos produtos tradicionais, numa altura em que a procura começava a mudar no sentido da preferência por bens agrícolas caros, como a carne, os lacticínios ou os ovos. Estes produtos, até ao final do período em estudo, viriam a ser motivo de importantes acções de fomento, com alguns resultados, embora, ao que parece, insuficientes ou inadequados. Mas o grande conflito entre os poderosos interesses agrícolas e os sectores reformistas do Estado prosseguiu, os agricultores exigindo a manutenção dos seus tradicionais privilégios, o poder político procurando por diversos modos reconverter as suas condições de produção. É bem demonstrativo da força, enquanto grupo de pressão, dos grandes agricultores o facto de nunca aqueles privilégios terem sido revistos.

Sob este manto conflitual, e algo alheio a ele, o sector primário português transformava-se profundamente. A sua população activa diminuía com rapidez em favor da indústria, dos serviços e da emigração e a sua importância relativa dentro da economia portuguesa sofria uma drástica redução. Apesar disto e dos focos de modernização, foi-se gerando no seu seio uma dramática situação de subemprego dos seus activos. Era isto reflexo da incompletude da citada modernização, facto que deu origem a um crescente processo de emigração dos nossos agricultores. Acresce que o sector nunca conseguiu acompanhar completamente o processo de mudança de orientação da nova procura alimentar urbana. Assim, não só se manteve o nosso tradicional *facies* agrário e agrícola, como também se acentuou a nossa dependência da importação de muitos e importantes bens alimentares ricos. Chegados à década de 70, a agricultura portuguesa havia-se transformado profundamente e modernizado parcialmente, mas não o bastante para ser considerada um sector progressivo e adequado às necessidades de uma economia e de uma população crescentemente urbanizadas.

⁶⁰ Não se trata aqui de saber a que preço, isto é, dito de outra forma, qual e como seria o desenvolvimento industrial caso a estrutura fundiária tivesse sido transformada; trata-se antes de constatar que a industrialização do país não esperou por aquela transformação.